TL98-4

IV JORNADAS DE TIMOR DA UP

SESSÃO DE ABERTURA

Comunicação de Sua Excelência

General Ramalho Eanes

11 de Abril de 1992

Sabe-se que o processo da formação das nações é contínuo. A cada momento se desenvolve pela vontade dos seus naturais e pela dinâmica de vínculos inconscientes, "como os que resultam dos caracteres comuns da cultura material e espiritual expressos nas mesmas instituições tecnológicas (...), nos mesmos sintomas colectivos de valores e contra-valores".

A tradição - a memória colectiva, afinal - é a base da personalidade de um povo.

Da génese e perduração dessa memória resulta, pois, uma situação política, e, também, cultural e psicológica, que acentua a "identidade e as diferenças" que melhor permitem reconnecer "semelhantes e estranhos".

Vive-se na memória colectiva e pela memória colectiva, e a vida espiritual de um povo mais não é, no fundo, do que espaço para preservar, actualizar, dinamizar, essa identidade, para acentuar e operacionalizar as suas semelhanças identificadoras.

A vida espiritual, de um povo, visa, portanto, preserva-lo, fazer da sua recordação a sua esperança, e, assim, esforçar o seu passado para se fazer futuro.

Na verdade, se um povo ambiciona um novo tempo, uma nova "República" que responda eficazmente aos desafios do presente e abra espaço aos sonhos do futuro, terá certamente que superar o

passado. Mas para o conseguir, com acerto, é necessário respeitar a sua continuidade histórica, é preciso, como diz Unamuno, "(...) não perder contacto com ele (o passado), pelo contrário senti-lo sob os nossos pés, porque subimos por ele".

Propor ou exigir a alguém" - homem ou povo - que se faça outro, é como propor-lhe que deixe de existir", personalizadamente.

É consabido que "cada qual defende a sua personalidade, e só aceita a mudança", no seu modo de ser e estar, na medida em que essa mudança possa harmonizar-se e integrar-se na sua continuidade histórica, entrelaçar-se, enfim, com as suas recordações. Não se pode exigir de um homem, e, muito menos, de um povo, uma mudança que rompe a unidade, a continuidade da sua "pessoa histórica".

É possível transformar um povo, transformá-lo quase por inteiro. A história do mundo oferece, aliás, vários exemplos de transformações, bem conseguidas. Mas mostra, também, que a transformação só é eficaz, estável, real, quando ocorre dentro da sua continuidade histórica, da sua memória.

Ora a Indonésia, com o seu primarismo, com a sua arrogância de neo-império, com o seu novo-riquismo geo-político (aliado cortejado dos EUA, importante parceiro da ASEAN, líder no mundo islâmico, ouvido nos não-alinhados) não percebeu esta realidade quando invadiu Timor e, o que é mais grave ainda, não a percebeu depois.

A Indonésia perdeu a possibilidade, que chegou a ter, de transformar, quase por inteiro, o povo de Timor, sem hostilizar a comunidade internacional. Na verdade, a proclamação unilateral da independência de Timor, pela Fretilin, em 28 de Novembro de 1975, e a declaração unilateral, da UDT, da APODETI, KOTA e Partido Trabalhista, de integração na Indonésia, em 30 de Novembro, aliados à omissão portuguesa, ofereceram, ao Império Javanês, a "circunstância" favorável à transformação, por inteiro, do povo de Timor, à sua integração na Indonésia. A modalidade de acção militar, de 7 de Dezembro de 1975, sobre Timor, fez com que, de imediato, não pudesse reivindicar o papel de libertador do povo timorense, e da sua esquerda, contra uma esquerda, revolucionária e vanguardista, que sonhava com uma guerra revolucionária comunista, servindo assim objectivamente a guerra fria num local geo-politicamente tão errado que nem sequer da URSS poderia receber qualquer apoio.

A invasão, possivelmente também para satisfazer o aliado americano (que pela boca do Embaixador Newson aconselhara uma acção militar rápida, eficaz, em que o equipamento americano não fosse utilizado), e a estúpida soberba militar javanesa, não perseguiu objectivos de "libertação", mas sim de conquista. O volume dos meios empenhados e, sobretudo, o seu comportamento, mostraram, para além de deficiências militares graves, em equipamento, preparação, disciplina e comando, que "se tratava de uma lição para os timorenses ... e outros povos subjugados por Java, que sonhassem com independências".

"O que faltou em coordenação, no ataque indonésio, sobrou em brutalidade". "A força (...) de paraquedistas irrompeu então através da cidade (Dili) matando e assassinando indiscriminadamente". Os libertadores passaram, sem remédio, a conquistadores e, depois, já inevitavelmente, a opressores. E cairam, nessa qualidade, na difícil situação de ter de combater todo um povo, o timorense, de obter vitória militar sobre vitória militar, com a ambicionada pacificação a ficar cada vez mais longínqua.

E porque é de Timor, situado no Oriente, que se trata, talvez seja interessante lembrar Wu Tan, que referia "(...) quando (...) se está em guerra, aquele que obtiver cinco vitórias, virá a ser afectado por uma calamidade, aquele que obtiver quatro está exausto, aquele que obtiver três, torna-se Senhor protector, aquele que obtiver duas será Rei, e aquele que obtiver uma será Imperador".

Ora os opressores javaneses, conseguiram, desde a invasão, muitas vitórias, na guerra que dilacera e ensanguenta Timor há cerca de 17 anos.

Centenas de milhar de mortos testemunham essas vitórias sem vitória, e profetizam, para Jacarta, calamidade. A sua importância militar manifesta-se até pelo recurso aos JAKA (colaboracionistas timorenses com o apoio militar indonésio), e pelo seu volume (mais de um batalhão por concelho).

A Indonésia terá enorme dificuldade em exterminar a resistência, em "pacificar" o povo de Timor.

Mas também Xanana Gusmão e as forças nacionalistas, apesar do seu impressionante percurso de afirmação, não conseguirão derrotar militarmente a Indonésia.

A guerra tenderá a prolongar-se e a incidir, cada vez mais, na população.

A comprová-lo está, até, o fuzilamento da população, em Santa Cruz, a 12 de Novembro de 1991. É aliás este facto dramático, esta data que marcam um novo tempo, uma diferente situação, em Timor, na Indonésia, e no campo internacional.

Situação interna

O impacto internacional das imagens do massacre de Santa Cruz, sobretudo nos países de matriz cultural cristã, onde o homem é um fim, um ser que sendo singular, não é particular, mas universal, revoltou as consciências, mobilizou as opiniões públicas, e levou os governos, sempre tão atentos aos interesses materiais e tão esquecidos dos princípios, a tomarem posição desfavorável à Indonésia. A propósito, não resisto a citar as declarações do Embaixador alemão ao diário indonésio Jakarta Post (16.2.92): " a reacção da opinião pública ao incidente em Dili, foi muito forte no nosso país e, faça o que fizer o governo indonésio, tal terá eco na Alemanha".

A reação internacional levou mesmo Suharto a nomear uma comissão de inquérito (KPN). E, o que é mais significativo, levou o poder político indonésio a auto-ilibar-se, punindo, timidamente, é certo, alguns militares, o que não deixará, no entanto, de ter graves consequências futuras na estabilidade político-militar do Império Javanês.

Mas as consequências deste facto em Timor, são imediatas e gravosas. Ele acabou com o tempo dos equívocos e das cumplicidades, entre o poder político e o aparelho militar em Timor, entre este e o poder local, dito timorense.

Os militares sabem, agora, que o poder político os usará, "deixará cair", os responsabilizará, quando isso lhe convier. Sabem que apenas podem contar consigo. Passarão a ser extremamente cuidadosos e exigentes. Sistematizarão e tornarão permanente a opressão, a intimidação e o medo. Obrigarão os "colaboracionistas" a mostrar fidelidade através da eficácia. A permissividade e o laxismo acabaram. O quotidiano do povo, da Igreja e da resistência, vai ser muito mais duro, perigoso. A indiciar esta nova situação, recorro ao jornal Editor (22.2.92) que se refere à visita (preparação e execução) do Sr. WaKo (designado, por Boutros Gali, para visitar Timor). Diz aquele órgão de informação:

"Já alguns dias antes da visita as forças de segurança 'limparam' toda a cidade. Uma meia duzia de camiões Hino, todos repletos de tropas anti-motim fortemente armadas e com escudos,

circulou pelas ruas dia após dia. Estivemos em alerta total, dia e noite. As brigadas da 'secreta' estiveram também em alerta total', disse-nos um polícia de Dili. Desde o raiar da madrugada no dia da chegada de Waco, filas e filas de tropas foram espalhadas pelos campos e atrás das árvores que rodeiam o aeroporto de Comoro. 'Estávamos lá preparados desde as cinco da manhã', disse um dos soldados ao **Editor.** Mesmo quando caiu uma forte chuvada, as tropas permaneceram em posição, aguardando a chegada do avião de Waco, nessa tarde. Como consequência, não houve incidentes, apesar de uns quantos jovens em várias aldeias terem estado a planear a organização de uma manifestação para saudar Waco. Mas antes que os seus planos se concretizassem, o aparelho de segurança deitou-lhes a 'luva' e foi feito um certo número de prisões".

Também as "diferenças culturais" timorenses vão ser asfixiadas. O encerramento da Escola de Português, em Dili, é disso exemplo.

Acentuar-se-á, estou certo, o genocídio cultural.

Ao "compromisso mínimo", tacitamente vigente em Timor até ao massacre de S. Cruz, que levava o invasor a considerar colaboracionistas, inimigos e indiferentes, suceder-se-á agora o maniqueísmo que apenas aceita Inimigos e colaboracionistas seguramente comprometidos. Aos primeiros vai tentar levar-se o cerco, a destruição. Aos segundos, vão exigir-se provas sempre crescentes de lealdade.

Indonésia

A Indonésia continua a contar e a fazer prevalecer o seu peso estratégico, demográfico, e económico.

As solidariedades e cumplicidades no mundo islâmico, nos não-alinhados, na OPEP e no ASEAN mostraram o seu peso e significado, perante o massacre de S. Cruz que, aliás, mantiveram face à Missão Paz em Timor.

Outras cumplicidades, agora do mundo ocidental, do mundo democrático e pluralista, vieram ao de cima, mostrando quão forte, e vulnerável também, é a posição Indonésia.

Assim, o poder militar, em que assenta o poder político indonésio, tem crescido e sido modernizado à custa da cooperação cúmplice de muitos desses países. Da Holanda (que tem fornecido fragatas), da França (que tem vendido mísseis Exocet), da Suécia (que forneceu peças Bofors), dos EUA (que tem fornecido equipamento diverso, e, entre ele, meios aéreos sofisticados).

Também a situação económica tem melhorado, na Indonésia. E este problema, o económico, não é menos importante que o militar. A estabilidade social dependerá do desenvolvimento económico. E também este está, como o militar, em larga medida dependente da cooperação (ou será cumplicidade) do Ocidente. Só a ajuda dos EUA atingiu, no ano transacto, 4,5 biliões de dólares.

Na verdade, a dívida externa da Indonésia, úma das maiores do mundo, soma 57 biliões de dólares. E o juro da dívida consome, só por si, 30% do valor das exportações. E o Ocidente não quer, certamente, ver os seus créditos sobre a Indonésia em risco, por razões políticas.

Situação internacional

Não são ainda significativas as mudanças de posição operadas na comunidade internacional, relativas à Indonésia. Não há, ainda, capacidade de aproveitar as vulnerabilidades - sobretudo económica, militar e, também, política - e levar a Indonésia a flexibilizar a sua posição, dispondo-se a negociar sem condições e sem agenda prévia, a questão de Timor, visando uma autêntica autodeterminação que respeite, naturalmente, a sua segurança geoestratégica e os seus interesses no mar de Timor.

A CEE, perante o indesmentível atentado contra a vida, - contra o direito mais elementar dos homens - em S. Cruz, aprovou uma tímida declaração (numa reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, em 21 de Dezembro do ano passado, em Bruxelas). Limitou-se então a apoiar os "pedidos para uma investigação rigorosa e credível por peritos imparciais independentes" - admitindo que eles pudessem ser indonésios. Esqueceu-se de que, na Indonésia, só estrangeiros poderão ser independentes. Mas prometeu logo "(...) rever a cooperação à luz

das orientações e regulamentos anteriores e levando em conta a resposta das autoridades indonésias".

A CEE, que já nos mostrara ser um nada em política externa aquando da guerra do Golfo, mostrou-nos agora ser um nada na defesa de valores morais na esfera internacional. Espero que apenas tenha traído esse quadro de valores da filosofia antiga, da moral cristã, do humanismo burguês, que a personalizam culturalmente, e caracterizam democraticamente, e não, desertado definitivamente deles.

Nos EUA, a administração reiterou o seu interesse em não desagradar à Indonésia. Uma vez mais, a administração revelou que a moral imperial só por acaso coincide com a ética que deveria presidir às relações internacionais. E que, mesmo assim, tem vários pesos e várias medidas, sempre ajustados aos seus interesses. E que nesta perspectiva, o Koweit ou a Jamba valem bem mais que Timor.

Mas diferente é o entendimento do povo americano, da opinião pública americana. E assim, os assassinados de S. Cruz, fizeram renascer o movimento de solidariedade americana para com Timor. Bush chega a ser criticado em editoriais e artigos, que exigem, também, a autodeterminação para Timor.

O Japão mostrou-se relutante em criticar a Indonésia. Para responder à sua opinião publica, ainda declarou que se podia relacionar a futura ajuda económica com os resultados da comissão de inquérito de Santa Cruz.

Verdadeiramente interessante, foi a posição de parlamentares japoneses (260 em 764), ou seja, mais de um terço dos representantes dos partidos do poder e da oposição, que apelaram, ao governo, para uma mudança drástica da política japonesa para com a Indonésia.

Entretanto, também a Conferência dos Bispos Católicos Japoneses se pronunciou, exigindo, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, a garantia do direito do povo de Timor, à autodeterminação.

Interessante foi, também, a posição do Canadá e, em especial, da sua United Church (a maior Igreja protestante).

A Austrália teve o comportamento habitual. O seu governo já nos habituou a trocar princípios por petróleo. Tê-lo-á feito até com Portugal, em segredo, na época colonial, em que a prospecção de petróleo, no mar de Timor, foi concedida à Burmah Oil, através da Austrália, admite-se que a troco de favores internacionais ligados à guerra de Africa.

Fizeram-no agora, às claras, com o regime imperial javanês, ainda em troca de petróleo.

Portugal

A vaga de emotividade que, depois do massacre de Santa Cruz, assolou o País e que, na sua múltipla expressão, contou com diversas manifestações de jovens e o próprio tratamento concedido à "Missão Paz em Timor", mostraram bem que Timor é sequela do nosso passado imperial e constitui intranquilidade na nossa consciência colectiva.

Retira-nos, mesmo, como se viu, a tranquilidade de horizontes tão necessária para escolhermos na reflexão o rumo do nosso próprio destino.

É pois necessário, até por esta razão, persistirmos na procura empenhada de uma solução para Timor que ponha termo, já, ao genocídio cultural e físico dos timorenses e que garanta, proximamente, a liberdade real ao povo de Timor, através de uma genuina autodeterminação, que seja génese de uma legitimidade política que todos aceitem.

Portugal está hoje melhor apetrechado para responder àqueles dois grandes objectivos, com estratégias de maior operacionalidade e eficácia.

Os portugueses, conhecem a situação económico-militar e socio-política da Indonésia. Conhecem bem as suas áreas de influência, solidariedade e compromisso. Identificam, com facilidade, as suas vulnera-bilidades internas. Conhecem o significado interno da cooperação militar e económica internacionais.

Portugal dispõe hoje de uma situação interna estável, social, económica e politicamente. Conta com a mobilização da sua população, relativamente a Timor.

Integrado na CEE, dispõe de maior peso político e pode interferir nas relações da CEE com a Indonésia.

País assumidamente católico, com boas relações com a Santa Sé, pode apelar para a solidariedade Cristã, já manifestamente operacional e eficaz, no Japão e Canadá.

Dispondo de numerosas e influentes colónias na Europa, EUA, Canadá e Brasil, pode mobilizar a sua solidariedade para a questão de Timor.

Com maior prestígio e peso junto dos PALOP's pode solicitar a sua ajuda internacional.

Pode, recorrendo ao "lobbying", pressionar a administração americana, potenciando o interesse da opinião pública americana, renascido com as imagens impressionantes de Santa Cruz.

Portugal pode, ainda, invocar precedentes próximos e exigir das instâncias internacionais (ONU, por exemplo), coerência, fazendo uso de um só peso e de uma só medida (Koweit, Namíbia, Eslovénia, Croácia, etc.).

De igual modo, poderá Portugal conseguir a mobilização das Organizações não governamentais e a intensificação das diligências diplomáticas junto de outros governos democráticos, no

sentido de os sensibilizar e sensibilizar a sua opinião pública para a questão dos direitos humanos e da autodeterminação.

Perspectiva e respostas

Neste novo quadro, quais as novas perspectivas e respostas ?

Em Timor

A raiz do conflito continua a ser política. A guerrilha é, apenas, uma táctica que deve ser adequada oportunamente às possibilidades psicológicas, geográficas, sócio-económicas, políticas e militares. A guerra - porque é afinal de uma guerra total que se trata - é entre Timor e o regime indonésio. Deve organizar-se, deve planear e executar, como guerra revolucionária de libertação, deve esclarecer que nem todas as guerras revolucionárias de libertação, são, ou foram, comunistas. Tal foi, por exemplo, o caso da revolução tunisina, conduzida pelo Neo-Destour, o conflito argelino, liderado pela FLN). E referi o Neo-Destour propositadamente para lembrar que um pobre partido, quase sem meios, conduziu uma guerra que forçou a poderosa França a conceder a independência à Tunísia.

Diferente, obviamente diferente, até pela inspiração e apoio, o Viet-Minh que venceu os EUA, conquistando a sua opinião pública.

A Indonésia é, sem dúvida, um país poderoso. Mas o seu

regime é vulnerável.

O Estado indonésio é rico. Mas a maioria dos seus povos é pobre.

É economicamente poderoso, mas o seu desenvolvimento económico depende, em larga medida, do apoio externo (doações e crédito). E a própria estabilidade social depende do crescimento económico.

Dispõe de forças armadas poderosoas e bem equipadas. A disciplina e o comando apresentam, contudo, falhas. E a manutenção operacional do equipamento exige a sistemática contribuição estrangeira.

Enfim, o Estado indonésio é realmente poderoso demográfica, geográfica, económica e estrategicamente.

Outras vulnerabilidades o fragilizam: é verdadeiramente um Império; Os javaneses controlam as Forças Armadas e as Polícias, o ensino, a comunicação social, a economia. Mas isso não impede o despertar das outras nações que, na Indonésia, têm a sua própria língua, a sua própria história, e a sua própria cultura.

Também elas manifestam interesse pelo seu patrimonio histórico, pela sua identidade, repudiando a fusão na Indonésia. O Império Javanês vive uma situação de algum modo semelhante à do ex-Império Soviético. Também o império indonésio - pela sua estrutura e funcionamento - será incapaz de quebrar a unidade e a continuidade destes diferentes povos, impedir a sua evolução democrática igualitária, liquidar a liberdade final do homem.

A natureza imperial da Indonésia é, pois, outra das suas vulnerabilidades críticas.

O estado indonésio é poderoso, mas não é forte nem coerente.

É possível vencê-lo, desde que se actue concertadamente em todas as frentes. Não só na frente timorense, pois, mas no seu interior e no campo internacional.

Em Timor, o apelo ao nacionalismo e a mobilização em seu redor, devem constituir base ideológica da luta, a força que resistirá a todas as forças.

A operacionalização eficaz desta força exige unidade: "unidade de direcção e de pensamento, aos escalões local e internacional, assim como uma unidade de comando político-militar". Só a unidade e a força permitirão o uso concertado e oportuno de todas as armas disponíveis:

- as da guerrilha
- o terrorismo selectivo
- a psicológica
- a diplomática
- a política
- as opiniões públicas parciais (dos diferentes países, incluindo a da Indonésia) e a geral (as grandes correntes que percorrem a opinião pública mundial, como a descolonização, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias, e os autodeterminação dos povos).

Nenhuma arma, nenhum apoio deve ser recusado, numa guerra revolucionária, conduzida, no Timor ocupado, por uma força nacionalista, que se pretende inspirada nos ideais democráticos ocidentais de matriz cristã. Aliás, deve ser procurado o suporte de todas as forças que, por razões políticas ou religiosas, devam ou ofereçam solidariedade.

A unidade de organização e direcção permitirá ainda explorar, com sensibilidade, todas as circunstâncias exteriores favoráveis, aplicando, ainda, os princípios já clássicos da guerra revolucionária.

Na nova situação, impõe-se:

No interior

- reorganizar as forças nacionalistas, para as tornar mais eficazes, criar organizações que canalizem as aspirações e militância da juventude, criar organizações anexas (na administração, nas próprias forças colaboracionistas) para isolar e desgastar as forças ocupantes

- Dotar a organização interior:

1. De informação actualizada sobre a situação interna e externa da Indonésia.

2. de toda a informação exterior referente a Timor

3. de meios financeiros que lhes permitam:

- fazer face às necessidades (incluindo a corrupção de autoridades locais de interesse crítico)

- evacuar doentes e feridos

- pagar o deslocamento de "correios" no interior de Timor, Indonésia e exterior (mesmo recrutados entre os povos da Indonésia).

- servir a organização interior, fazendo a exploração psicológica dos seus sucessos:

- em Timor (através de rádio)

- na Indonésia

- no exterior

No exterior, ainda:

- garantir a unidade das forças no exterior, a partir de um compromisso nacionalista comum, e estabelecer a sua unidade de comando e acção. Estabelecer depois:

- Relações com organizações nacionais favoráveis à causa timorense, no maior número de países possível.

- Ligações operacionais permanentes com a potência administrante para reforçar as suas acções estratégicas.

- Promover e desenvolver as relações e apoios de países amigos (em especial dos de língua oficial portuguesa).

- Requerer a solidariedade dos cristãos e das suas instituições.

- Angariar fundos e promover a sua remessa para o interior.

- Proceder à aquisição de meios (sanitários, de transmissões e outros) e fazê-los chegar à resistência, através

de correios nacionalistas ou indonésios.

- Tentar instalar emissoras rádio, que atinjam Timor, e que permitam a transmissão de noticiário, mensagens familiares e mesmo mensagens codificadas

- Preparar especialistas necessários à luta no interior e no exterior.

- Promover a formação de quadros do futuro Estado de Timor.

- Manter a iniciativa diplomática (apresentando planos de paz, promovendo a sua discussão, corrigindo-os).

- Intensificar contactos e desenvolver colaboração com a oposição ao regime indonésio.

A guerra pela independência de Timor é de índole revolucionária, total portanto. Não é possível vencê-la no interior de Timor, nem a sua solução é, como se sabe, militar. Mas Timor é o seu elemento crítico, a sua vulnerabilidade e a sua razão mobilizante. Perdê-la em Timor, seria, pois, uma derrota praticamente irremediável.

Nesta fase crítica, pela mudança de atitude do comando militar de ocupação, pela captura do comandante Hodu, pelas baixas sofridas pela resistência, sobretudo na área de Same e Ponta Leste, pelas dificuldades de comunicação com o exterior, impõe-se reduzir a acção operacional e reforçar a acção reorganizativa, no interior.

O Inimigo avança, provoca, cerca, intimida. A Resistência recua, não actua operacionalmente, "desaparece".

No exterior, há que intensificar também as acções diplomáticas, políticas, mediáticas. Na frente internacional, o Inimigo (a Indonésia) procura "a pacificação" da opinião pública -e mesmo a sua persuação. Há que atacá-lo sempre, quando e onde for possível.

Timor, nessa reajustada acção interior e exterior, terá que observar a estratégia do Estado português, e conhecer e seguir as acções tácticas que, a cada momento, procuram ganhar objectivos.

Isso implica uma estreita e completa cooperação da Resistência com Portugal.

A orientação da estratégia portuguesa terá, sempre, em minha opinião, que considerar os seguintes pontos:

1. Tudo fazer no sentido de pôr termo ao genocídio, físico e cultural, a que a Indonésia continua a sujeitar o povo timorense.

2. Assumir inteiramente o papel de potência administrante, levando-o ao limite da sua capacidade.

3. Obrigar a comunidade internacional, em especial através da Comunidade Europeia e das Nações Unidas, a assumir a principal responsabilidade em relação a Timor, que é simultaneamente um caso de descolonização, de agressão exterior, e de crime contra a humanidade.

4. Não recusar, com coerência, nenhuma acção que admissivelmente possa levar à autodeterminação real, aceite por todo o povo de Timor.

5. Aproveitar a presente situação internacional e a consequente vulnerabilização da Indonésia, para uma nova ofensiva junto da opinião pública internacional e governos amigos (EUA e da CEE, em especial).

Nós, os cidadãos particulares, interessados em ajudar a devolver aos timorenses o direito a uma "Pátria livre", deveríamos também conhecer melhor as principais necessidades e os objectivos prioritários da Resistência, para desenvolvermos acções de apoio bem ajustadas, fossem elas de angariação de fundos, mobilização de técnicos, a mobilização de núcleos de apoio, divulgação de dados e notícias, procura de bolsas de estudo para preparação de quadros.

Esta guerra prolongada não poderá beneficiar o regime indonésio. Combater o Império javanês em todas as frentes, com força e unidade, reportando a razão e a operacionalidade à sua índole democrática e cristã, levará, estou certo, o regime imperial indonésio à agonia. E então uma alvorada de liberdade iluminará os povos da Indonésia e permitirá que os timorenses gozem na plenitude a sua nova cidadania de homens livres e de povo auto-libertado.

E por que falamos de esperança, de esperança num povo em que a juventude fez seus os ideais nacionalistas, e em que a religião católica é hoje a religião da Resistência, eu recorreria à Bíblia para concluir: "A vitória é consequência da constância na luta. Ninguém é coroado sem ter vencido: 'Sê fiel até à morte e dar-te-ei a coroa da vida'".